

**Comissão Mista de Reavaliação de Informações****149ª Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 477/2025/CMRI/CC/PR

NUP: 00119.000057-2025-48**Requerente: R. O. C. J.****Órgão: CDP – Companhia Docas do Pará****RESUMO DO PEDIDO**

O requerente solicitou saber se quando do cumprimento da decisão judicial 0000566-87.2019.5.08.0016 (TRT8), para fins de cálculo do seu piso salarial como empregado da CDP, foi considerado o parâmetro inicial de 8,5 salários-mínimos em conformidade com a Lei nº 4950-A/1966 (arts. 5º e 6º).

RESPOSTA DO ÓRGÃO REQUERIDO

O órgão respondeu que se trata da reiteração de pedido administrativo do empregado R. O. C. J, que exerce da função de Analista Portuário-Engenheiro Civil, para correção de suposto erro de cálculo no cumprimento da decisão judicial que determinou à CDP a incorporação do piso salarial dos engenheiros. Os autos foram analisados pela Gerência Jurídica, que chegou à conclusão que, em conformidade com os fundamentos fáticos e jurídicos, com fulcro nas Decisões exaradas pelo Juízo da 16ª Vara do Trabalho de Belém/PA, pelo Juízo da 13ª Vara do Trabalho de Belém/PA e no princípio da segurança jurídica, decidiu pelo indeferimento da reiteração do pedido administrativo sobre alegação de suposto erro material de cálculo trabalhista, vez que o requerimento do reclamante já foi apreciado duas vezes na via judicial, tanto no bojo do Mandado de Segurança, como em ação autônoma, sendo constatado em ambas as ações que a Companhia não incorreu em erro algum.

RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA

O requerente reiterou o pedido, alegando que a pergunta é simples e não foi respondida.

RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA

O órgão respondeu, por meio da sua Gerência de Recursos Humanos, que, nos termos de nota emitida pela Supervisão de Contencioso da Gerência Jurídica, e considerando que a Lei nº 4950-A/1966 estabelece o salário base para 6 horas diárias, para fins de atendimento da sentença efetivou o cálculo considerando a jornada do empregado na companhia de 8 horas diárias e multiplicou o valor do salário mínimo vigente na admissão por 8.

RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA

O requerente alegou que a administração pública por meio da autotutela deve corrigir o erro que cometeu. Sendo assim, deve corrigir o salário do empregado para 8,5 salários mínimos nos termos dos arts. 5º e 6º da Lei 4950-A/1966, com os reajustes devidos.

RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA

Não foi localizada resposta na plataforma Fala.BR.

RECURSO À CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

O requerente reiterou o teor do recurso em 2ª instância.

ANÁLISE DA CGU

Após análise, a CGU observou que a CDP respondeu ao pedido inicial do requerente por ocasião do recurso de 1ª instância. Quanto aos recursos posteriores apresentados, considerando a definição de informação contida no art. 4º e no rol exemplificativo disposto no art. 7º da Lei nº 12.527/2011, a CGU entendeu não ter sido possível identificar pedido de acesso a informações produzidas ou acumuladas pela Companhia, sendo que a LAI não ampara a formulação de denúncias, reclamações ou solicitações de providências por parte da administração pública. Dessa forma, caso seja interesse do requerente, a Controladoria explicou que é possível registrar manifestação de ouvidoria por meio do Fala.BR.

DECISÃO DA CGU

A CGU não conheceu do recurso, uma vez que a CDP atendeu ao pleito do cidadão e o objeto do recurso à CGU foge ao escopo da LAI, nos termos de seu art. 7º.

RECURSO À COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES (CMRI)

O cidadão apresentou a seguinte manifestação: *“A principal função da CGU é a fiscalização e controle interno. Por meio do presente processo, a CGU está tendo conhecimento de uma flagrante ilegalidade cometida por empresa pública federal. Nesse sentido, cabe ao referido órgão zelar pela correta realização dos atos administrativos e não se escusar em aspectos eminentemente formais para o não cumprimento de seu dever institucional”*.

ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Recurso não conhecido

· Objeto está fora do escopo dos arts. 4º e 7º da Lei nº 12.527/2011

ANÁLISE DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Inicialmente, vale constatar que, conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, o recurso cumpre os requisitos de legitimidade, tempestividade e regularidade formal. Porém, por não ter atendido o requisito do cabimento, o presente recurso não foi conhecido por esta Comissão, visto que não houve negativa de acesso à informação solicitada, conforme análise a seguir. Extrai-se dos autos que o órgão requerido respondeu que, em conformidade com os fundamentos fáticos e jurídicos, decidiu pelo indeferimento da reiteração do pedido administrativo sobre alegação de suposto erro material de cálculo trabalhista, vez que o requerimento do empregado já foi apreciado duas vezes na via judicial, tanto no bojo do Mandado de Segurança, como em ação autônoma, sendo constatado em ambas as ações que a Companhia não incorreu em erro algum. No recurso em 1ª instância, o cidadão alegou que a informação recebida não correspondia à solicitada, mas sem manifestar qual seria a imprecisão na resposta. Dito isto, registra-se que o requerente utiliza a 4ª instância recursal para registrar demanda com características de comunicação de prática de ilícito cuja solução dependa da atuação de órgão de controle interno ou externo (denúncia). Tal demanda é manifestação de ouvidoria não abarcada pela Lei de Acesso à Informação, sendo regida, portanto, pela Lei nº 13.460, de 2017, e pelo Decreto nº 9.492, de 2018, e que deve ser registrada no canal apropriado da plataforma Fala.BR, para o seu devido tratamento.

DECISÃO DA CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, nos termos da Ata da 149ª Reunião Ordinária, por unanimidade, não conhece do recurso, visto que tem teor de manifestação de ouvidoria que não faz parte do escopo do direito de acesso à informação, nos termos dos artigos 4º e 7º da Lei nº 12.527, de 2011.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 14/10/2025, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio de Andrade Lima, Chefe de Gabinete**, em 15/10/2025, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Barbuda Fernandes Chaves, Usuário Externo**, em 16/10/2025, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO, Usuário Externo**, em 17/10/2025, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis, Usuário Externo**, em 20/10/2025, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROCHA CYPRIANO, Usuário Externo**, em 29/10/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7029231** e o código CRC **88DF91E8** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0